

DECISÃO DE RECURSO – PREGOEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

DATA DA SESSÃO: 10/04/2024

HORÁRIO: 08h30m.

OBJETO: *Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.*

A Pregoeira da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 006/2024, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 13 de maio de 2024 e, por força do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios desta Companhia, decide para os fins administrativos a que se destinam suas considerações às razões acerca do Recurso interposto pela licitante BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, em relação ao pregão em epígrafe.

1) RESUMO DO PROCESSO

Na data e horário marcados, foi iniciada a sessão pública para abertura do processo licitatório em suas respectivas fases, sendo, declarações, propostas de preços, lances e habilitação, tudo conforme ata de sessão em anexo ao processo.

Com relação ao item 02 que trata-se de REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO (...), essa pregoeira aceitou a proposta e habilitou a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, com o valor de R\$ 12,00.

Porém, a licitante BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, 3ª colocada no certame, com valor de R\$ 21,00, para o mesmo item, não conformada com a habilitação da concorrente interpôs recurso, conforme razões abaixo:



2) DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A recorrente BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, observando o disposto no item “09” do Edital, apresentou, tempestivamente, as razões recursais, as quais podem ser visualizadas no Portal de Compras do Governo Federal, resumidas abaixo:

Argumenta a recorrente que a empresa declarada habilitada não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento Convocatório, no item da Habilitação jurídica, por dois motivos, (LIBERAÇÃO EM SEUS ALVARÁS SANITÁRIO E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES FORA DO SEU LOCAL ONDE ESTÁ ESTABELECIDO) e ainda no item da Qualificação Técnica, o seu atestado de qualificação técnica não constar o fornecimento de refeições tipo marmitas embalada, objeto do lote que a empresa logrou vencedora.

E ao final requereu:

a) que seja declarada inabilitada a Recorrida por não ter comprovado no requisito habilitação jurídica, as liberações para fornecer alimentos além do seu local onde está estabelecida, e não constar no contrato social as atividades Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privados).

b) Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não apresentar atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame.

Após a apresentação das razões a licitante habilitada apresentou suas contrarrazões conforme descrita a seguir.

3) DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Após a disponibilização do recurso no Portal de Compras do Governo Federal, conforme disposto no item “09” do Edital, a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, apresentou, tempestivamente, as contrarrazões recursais, as quais também podem ser visualizadas no Portal de Compras do Governo Federal, alegando, em resumo, que atenderam o edital, pois o edital pedia a atividade compatível com o objeto da licitação, e, a licitante presta atividade compatível.

Alegando que o Tribunal de Contas da União, publicou o Acórdão n.º 1203/2011 que a aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal.

Nesse entendimento, o CNAE é um código identificador para a Receita Federal (sob a égide do IBGE), enquanto o Contrato Social determina, quais as atividades, realmente a empresa possa atuar, inexistindo CNAE específico para “refeição transportada”.

Ao final requereu improcedente do recurso e por consequência que seja mantida a sua habilitação.

4) DA ANÁLISE

Em análise as razões e das contrarrazões de recurso, constatamos o preenchimento dos pressupostos recursais exigidos em lei, merecendo, assim, seu recebimento e análise quanto ao mérito.

Argumentou a recorrente que a recorrida não possui em seus Alvarás a liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, que, deveria ter o CNAE com a atividade de “*Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos*”, razão pela qual a recorrida não atende o item 10.6.6 e nem o item 10.6.7 do edital, que assim dispõem:

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado.

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Quanto ao **item 10.6.6.** do edital, faz-se necessário expor, que ao habilitar a recorrida, essa pregoeira verificou no ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO as seguintes atividades:

ATIVIDADE PRINCIPAL	
0056.1/12.01	Restaurantes e similares
ATIVIDADE SECUNDARIA(S)	
0046.3/71.99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
0047.2/96.99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

Ou seja, foi verificada a existência da atividade “Restaurante e similares”, a qual entendeu essa pregoeira por ser atividade **COMPATÍVEL** com o objeto licitado, que é o fornecimento de Marmita. Definindo a palavra **compatível, encontramos o seguinte** “passível de coexistir ou conciliar-se, capaz de funcionar conjuntamente; harmonizável”.

Ainda, verificando no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi constatada que essa descrição da atividade compreende alimentação, comida, refeição, serviços de alimentação, restaurante e similares, vejamos:

Atividades		Estrutura	
busca por palavra chave ou código		classificação	class
5611201		CNAE-Subclasses 2.3	buscar
Subclasses encontradas: 15			
Mostrar 100 registros por página			
Código	Descrição		
5611-2/01	A KILO; ALIMENTAÇÃO, COMIDA, REFEIÇÃO		
5611-2/01	A PESO; ALIMENTAÇÃO, COMIDA, REFEIÇÃO		
5611-2/01	A QUILO; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	ALIMENTAÇÃO COM SERVIÇO COMPLETO; SERVIÇOS DE		
5611-2/01	CHURRASCARIA; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	EXPLORAÇÃO DE VAGÕES-RESTAURANTES, POR TERCEIROS; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	PENSÃO; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	PIZZARIA COM SERVIÇO COMPLETO; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	RESTAURANTE COM SERVIÇO COMPLETO		
5611-2/01	RESTAURANTE POR COMIDA A QUILO; SERVIÇO DE		
5611-2/01	RESTAURANTES E BARES EM EMBARCAÇÕES EXPLORADOS POR TERCEIROS; SERVIÇO DE		
5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES		
5611-2/01	ROTISSERIA; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	SELF-SERVICE; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	TRATTORIA; SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		

Ainda, a hierarquia da atividade no Instituto, assim dispõe:

Hierarquia	
Seção:	I ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
Divisão:	56 ALIMENTAÇÃO
Grupo:	56.1 Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas
Classe:	56.11-2 Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
Subclasse:	5611-2/01 Restaurantes e similares
Notas Explicativas: Esta subclasse compreende: - as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo	

Não o bastante a nota explicativa, ainda esclarece a atividade de vender e servir comida preparada (...) “com serviço completo”.

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo



Assim, entendeu essa pregoeira que a recorrida atendeu plenamente o item 10.6.7 do edital, por apresentar atividade COMPATÍVEL com o objeto da licitação.

Também, com o mesmo argumento afirma que a recorrida não possui em seus Alvarás, liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, descumprindo agora o **item 10.6.7.** do edital, que assim dispõe:

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Da mesma forma, verificamos no ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA da recorrida a atividade de “comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, restaurante e similares”, vejamos:

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente

4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

1099-6/04 - Fabricação de gelo comum

5611-2/01 - Restaurantes e similares

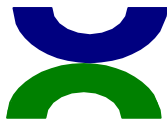
Ou seja, foi constatado novamente a atividade “Restaurante e similares” totalmente **compatível** com o objeto licitado.

Não o bastante verificamos ainda no contrato social consolidado da recorrida o seguinte as seguintes atividades:

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

Ou seja, novamente consta a atividade 5611201, que é **RESTAURANTES E SIMILARES.**

Ainda, como condição de participação o edital em epígrafe descreve no item “4” que a participação é exclusiva de empresas, cujo ramo de atividade seja **compatível** com o objeto desta licitação, vejamos:



4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

Analisando os documentos da recorrida, nada desabona a sua condição de fornecer o objeto licitado, por apresentar objeto COMPATÍVEL com o licitado, apenas não encontrei nos documentos da recorrida Objeto específico com o objeto licitado, porém, temos que, atualmente a orientações do TCU, é no sentido que uma empresa não poderá ser excluída do certame, apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado nos seus alvarás ou contrato social. Vejamos:

Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal.” (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara).

Nesse mesmo sentido temos o [Acórdão 1.203/2011 – plenário](#), também do TCU, vejamos:

[...] A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal [...]

Ou seja, o TCU já decidiu em vários acórdãos que a empresa não precisa ter o objeto idêntico nem mesmo no contrato social, que é o que realmente define o ramo da atividade a ser desenvolvida pela empresa.

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes em linha geral são compatíveis, com o objeto da licitação. Ou seja, a licitante deve ser inabilitada apenas se houver incompatibilidade. Nesse sentido o documento constitutivo e liberativos não precisam dispor expressamente e especificamente sobre o objeto idêntico ao da licitação.

Nesse sentido, existindo no contrato social o CNAE 5611201, que é RESTAURANTES E SIMILARES, entendendo pela compatibilidade em linha geral, com o objeto licitado.

Inabilitar a licitante com não ter objeto idêntico ao da licitação é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade



do certame, o que configura irregularidade grave.

Não o bastante, entende-se que o Objeto do Contrato Social da empresa, prevalece sobre seu código CNAE. O CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

Ao analisar a definição da CNAE, constata-se que nada mais é do que um método utilizado pela RFB para padronizar os códigos de atividade econômica no país, com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias, nada tendo a ver com o objeto social da empresa.

Portanto, o CNAE não se confunde com o Objeto da empresa, que por sua vez, tem sua previsão legal no art. 997, inciso II, do Código Civil vigente.

Assim, não se pode confundir o código CNAE com o objeto social da sociedade empresária, sendo que, o primeiro nada mais é do que um código identificador para a RFB e o segundo o que determina quais as atividades podem ser exercidas pela empresa.

Deste modo, caso a administração tivesse que agir com extrema fidelidade em todas as licitações, comparando objeto licitado com a atividade da empresa, seja por alvarás ou contrato social, tenho por certo que nenhuma empresa seria habilitada, pois, geralmente as empresas definem de forma ampla as suas atividades enquanto a administração define seus objetos/itens de forma estrita para adquirir o melhor produto para a administração.

Não o bastante, verificando em processos anteriores da SURG, mais especificamente no pregão 32/2019, constatamos que a recorrente que foi a vencedora na época e continuou por 5 (cinco) anos, mediante prorrogação de contrato tinha em seu contrato social e nos alvarás atividade idêntica ao da recorrida (anexo doc. 01, 02 e 03), e isso não a impediu de ser vencedora na época e praticar o contrato por 5 (cinco) anos, ou seja, se for agir da forma que a recorrente solicita hoje, nem mesmo ela poderia ter sido habilitada naquela época, assim, entendemos que o cadastro de atividades como “restaurante e similares” atende ao objeto da presente licitação, não será o alvará de Localização e de Vigilância Sanitária motivo suficiente para inabilitar a empresa recorrida, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante para verificar a compatibilidade. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser



interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para inabilitar a empresa recorrida.

Também, nos autos há a apresentação de **atestado** de fornecimento emitido pela Universidade Estadual do Centro - Oeste/Unicentro, Câmpus CEDETEG, o que demonstra a experiência da licitante para o objeto licitado.

Não o bastante a recorrida apresentou em suas contrarrazões contrato público de fornecimento de objeto similar ao da licitação para a a Secretaria de Estado de Segurança Publica, com marmitas a serem entregues na cadeia pública de Maringá.

Nesse sentido, conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação".

Assim, existência de previsão, ainda que genérica com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de participação e habilitação jurídica impostos pela legislação, que tem como um de seus princípios basilares o da ampla concorrência, no qual o que deve ser avaliado pelo pregoeiro e equipe é se o particular atua na área do objeto licitado.

Nesse sentido, o Princípio da Competitividade que também tem relação com os Princípios da Impessoalidade (art. 37 da C.F.), e da Isonomia, pode ser explicado, como o princípio que dirige os atos do administrador público, na direção de incentivar a maior concorrência entre os interessados em contratar com a Administração Pública. Já o Princípio da Vantajosidade, que por sua vez é um desmembramento do Princípio da República, nada mais é, do que o norteamento do servidor público, para que em todos os seus atos, objetivem trazer para a Administração Pública a proposta mais vantajosa.

A busca pela melhor proposta é uma das finalidades da Licitação (art. 3º da lei 8.666/93). Por isso não podem ser adotadas medidas que comprometam decisivamente o caráter competitivo do certame. Assim, as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações.



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

Nesse sentido, a pregoeira entende que, por constar no contrato social da recorrida e nos seus alvarás o CNAE de “Restaurante e similares”, exigir que a empresa tenha descrição idêntica a do edital é limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da Licitação, e impor à Administração Pública um preço mais elevado, ferindo de morte os princípios da prevalência do Interesse Público e da Vantajosidade.

5) DA CONCLUSÃO

Em face do acima exposto, recebo o recurso por preencher os requisitos formais exigíveis a sua espécie e, no mérito, nego provimento ao recurso, mantendo-se inalterada a decisão que classificou e habilitou a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, para o item 02, com o valor de R\$ 12,00.

Importante destacar que a análise e a decisão deste pregoeira não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo.

Desta forma, na forma da parte final do *caput* do art. 92¹, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, encaminho o processo apreciação da autoridade superior.

Guarapuava - PR, 15 de maio de 2024.

LEILANE AP. SANTOS GASPAR

Pregoeira da SURG

¹ Art. 92. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não. Se acatá-lo, o ato contestado será anulado e reaberto o certame, se possível, e se não acatá-lo, encaminhará para deliberação da autoridade superior.